



**EMPRESA ENERGÉTICA DE SERGIPE S/A
ENERGIPE**

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 2003
OBJETO DE PUBLICAÇÃO**

Relatório da Administração

Senhores Acionistas:

Submetemos à apreciação de V.Sas. o Relatório das atividades de 2003, acompanhado das demonstrações financeiras correspondentes.

1. Considerações Gerais

A ENERGIPE e suas controladas CELB e SAELPA continuaram, em 2003, empenhadas em contribuir para o desenvolvimento econômico e social dos Estados de Sergipe e Paraíba, procurando não apenas suprir o mercado com energia elétrica de qualidade, mas também propiciar maior satisfação a cerca de 1,4 milhão de clientes, empregando modernos recursos de gestão administrativa e tecnológica. A repercussão da filosofia empreendedora da ENERGIPE e das suas controladas, traduzida por propósitos de se constituírem em referência no setor elétrico e colaborarem para a melhoria da qualidade de vida dos seus clientes, foi reconhecida e valorizada em 2003 com a conquista de importantes prêmios do setor elétrico: pelo quinto ano consecutivo, a ENERGIPE recebeu o prêmio de “**Melhor Empresa do Nordeste**”, concedido pela Revista Eletricidade Moderna; a SAELPA, privatizada no final de 2000, ganhou o prêmio ABRADÉE, na categoria de “**Maior Evolução do Desempenho**”, dentre as empresas com mais de 400 mil consumidores; e a CELB foi agraciada com o primeiro lugar do prêmio ABRADÉE, na categoria “**Qualidade da Gestão**”. Destaque-se, ainda, a ENERGIPE figurar entre as três empresas finalistas do Nordeste na pesquisa de satisfação IASC – ÍNDICE ANEEL DE SATISFAÇÃO DO CONSUMIDOR - 2003, realizada pelo Instituto Vox Populi, por solicitação da ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica.

2. Investimentos e Resultados na Área Comercial

As diretrizes preconizadas pelo Modelo de Sistema de Gestão, implantado em 2002 e consolidado em 2003, dotaram a ENERGIPE, CELB e SAELPA de ferramentas indispensáveis à sustentabilidade dos seus desempenhos comerciais. Dentre as medidas adotadas, cabe destacar as várias campanhas (*Boa Conta, Plano Fácil/Sai Dessa, Disque Denúncia/Disque Luz Legal*) voltadas para os clientes em débito; a contratação de terceiros para realização de cobrança de contas com débitos antigos; a internalização dos serviços de corte e religação, antes terceirizados, aliada à sua reestruturação; a inspeção de clientes desligados e a priorização de negociação com clientes inadimplentes. Nessa linha, foi possível alcançar expressivos índices referentes a perdas de energia e inadimplência:

	<u>Perdas de Energia (%)</u>			<u>Inadimplência (%)</u>		
	2003	2002	Variação %	2003	2002	Variação %
ENERGIPE	12,15	12,46	- 2,5	2,74	4,16	- 34,1
CELB	8,94	9,68	- 7,6	4,06	5,75	- 29,4
SAELPA	20,65	21,09	- 2,1	7,59	8,22	- 7,7

Os investimentos consolidados, que atingiram R\$57.963 mil, foram alocados, prioritariamente, no setor de transmissão e distribuição de energia, destacando-se a instalação de 1.814 transformadores (696 pela ENERGIPE), 17.154 postes (2.335 pela ENERGIPE) e 1.540 Km de redes de distribuição urbanas e rurais (316 pela ENERGIPE).

ENERGIPE, CELB e SAELPA totalizam, em 2003, aproximadamente, 53 mil Km de redes de distribuição nos Estados de Sergipe e Paraíba.

INVESTIMENTOS REALIZADOS - R\$ mil

	ENERGIPE	CELB	SAELPA	TOTAL
. Geração	97	-	-	97
. Transmissão e Distribuição	23.182	4.279	29.174	56.635
. Outros	821	98	312	1.231
Total	24.100	4.377	29.486	57.963

3. Mercado de Energia Elétrica, Receita Operacional, Despesas Controláveis, Geração de Caixa e Resultado

Embora o mercado de energia tenha sido marcado pelos resquícios remanescentes do racionamento, as vendas de energia, em 2003, da ENERGIPE e das suas controladas CELB e SAELPA totalizaram 4.652 GWh (1.859 GWh pela controladora ENERGIPE), o que significa um aumento de 8,7% no exercício, bastante representativo se comparado ao crescimento no Brasil, de 3,7%, e no Nordeste, de 6,0%.

O volume de vendas de energia apresenta uma recuperação de mercado mais acentuada após o racionamento (de meados de 2001 a fevereiro de 2002), comparativamente às vendas de energia em outras regiões brasileiras. As vendas consolidadas em 2003 são 6,4% superiores às registradas em 2000.

Histórico de Vendas de Energia no Mercado Próprio (GWh)

	<u>ENERGIPE</u>	<u>CELB</u>	<u>SAELPA</u>	<u>TOTAL</u>
2000 (sem racionamento)	1.788	511	2.074	4.373
2001 (com racionamento)	1.661	455	1.953	4.069
2002 (com racionamento)	1.736	482	2.061	4.279
2003 (sem racionamento)	1.859	524	2.269	4.652
Crescimento 2003/2002 (%)	+ 7,1	+ 8,7	+ 10,1	+ 8,7
Crescimento 2003/2000 (%)	+ 4,0	+ 2,5	+ 9,4	+ 6,4

A ENERGIPE registrou, em 2003, uma receita operacional bruta consolidada de R\$945.433 mil (R\$398.724 mil na controladora ENERGIPE), contra R\$774.530 mil (R\$304.086 mil na controladora ENERGIPE), em 2002, o que significa um crescimento de 22,1%.

A ENERGIPE e suas controladas CELB e SAELPA têm envidado esforços visando racionalizar custos operacionais controláveis (pessoal, material e serviços de terceiros), através da adoção de novos padrões de serviços, com menores custos, eficiência, produtividade, sem perder de vista uma maior qualidade no fornecimento de energia aos seus clientes. Nessa linha, foi possível obter, em 2003, redução de 9,7% nesses custos consolidados, que atingiram R\$115.353 mil, contra R\$127.786 mil em 2002.

	<u>Despesas Controláveis (R\$ mil)</u>	<u>Varição % em relação a 2002</u>
ENERGIPE	43.569	- 6,9
CELB	11.684	- 6,6
SAELPA	60.085	- 12,3
ENERGIPE CONSOLIDADA	115.353	- 9,7

Por sua vez, a geração operacional de caixa consolidada, medida pelo EBITDA, foi 11,1% maior em relação à de 2002, totalizando R\$185.547 mil (R\$90.952 mil na controladora ENERGIPE), o que representa uma margem consolidada de EBITDA de 25,7%.

GERAÇÃO DE CAIXA (EBITDA -*) - R\$ mil

	<u>2003</u>	<u>2002</u>
ENERGIPE	90.952	65.934
CELB	8.437	10.525
SAELPA	85.689	90.574
EBITDA ENERGIPE Consolidada	185.547	166.981
Margem de EBITDA Consolidada (%)	25,7	27,4

(*) EBITDA = Resultados dos Serviços de Energia elétrica + Depreciação e Amortização

Importante ressaltar que a geração de caixa em 2002 foi afetada por ajustes nas rubricas recomposição tarifária extraordinária e transações de compra e venda de energia no MAE - Mercado Atacadista de Energia, anteriormente contabilizados em 2001, cujos efeitos líquidos na geração de caixa em 2002 foram: ENERGIPE (menor em R\$5.803 mil); CELB (menor em R\$2.637 mil); SAELPA (maior em R\$29.356 mil) e Consolidado (maior em R\$20.916 mil).

Com isso, a ENERGIPE registrou, em 2003, um lucro líquido consolidado de R\$16.181 mil, revertendo o resultado negativo de R\$21.732 mil, de 2002. Como consequência, o patrimônio líquido da ENERGIPE (excluído os recursos destinados a aumento de capital no montante de R\$260.121 mil) evoluiu de R\$402.950 mil, em dezembro de 2002, para R\$419.131 mil, em dezembro de 2003. O valor patrimonial de cada ação ao final do exercício ficou em R\$9.370,45.

INDICADORES OPERACIONAIS E DE DESEMPENHO

	ENERGIPE	CELB	SAELPA	Consolidado
Área de Concessão (Km ²)	17.419	1.789	54.595	73.803
Número de Clientes	434.281	139.900	831.609	1.396.790
Número de Empregados	811	223	1.536	2.570
Vendas - Mercado Próprio (GWh)	1.859	524	2.269	4.652
Crescimento das Vendas - Mercado Próprio (%)	7,1	8,7	10,1	8,7
Perdas de Energia do Sistema Próprio (%)	12,2	8,9	20,7	16,1
DEC- n° de horas em média sem energia/cliente	12,86	12,56	25,47	-
FEC- n° de vezes em média sem energia/cliente	10,25	9,58	9,96	-
Receita Operacional Bruta- R\$ mil	398.724	89.066	459.656	945.433
Receita Operacional Líquida-R\$ mil	305.762	70.260	349.287	723.296
Despesas Controláveis-R\$ mil	(43.569)	(11.684)	(60.085)	(115.353)
Resultado dos Serviços de Energia-R\$ mil	77.198	5.342	68.405	151.415
Despesas Financeiras Líquidas-R\$ mil	(64.088)	(1.747)	(12.892)	(73.389)
Lucro Líquido (Prejuízo) do exercício-R\$ mil	16.181	3.097	35.984	16.181
Geração de Recursos – EBITDA- R\$ mil	90.952	8.437	85.689	185.547
EBITDA / Receita Líquida (%)	29,7	12,0	24,5	25,7

4. As ações de Cidadania nas empresas

ENERGIPE, CELB e SAELPA deram continuidade aos seus programas de apoio às atividades culturais nos Estados de Sergipe e Paraíba, merecendo destaque:

Na ENERGIPE: **a)** as exposições de pinturas realizadas, mensalmente, no saguão da sede da empresa, bem como as parcerias que viabilizaram apresentar aos sergipanos o Ballet Nacional da Espanha, publicar um livro de Dom Luciano Cabral Duarte, resgatar a “fogueira” da festa junina do Centro de Criatividade “Governador João Alves Filho”, apoiar a Sociedade Semear na inauguração da Galeria Jenner Augusto e realizar um concurso de pintura, tendo como tema a Árvore de Natal de 86 metros que a empresa monta anualmente em Aracaju; **b)** o patrocínio/apoio a diversos eventos, seminários, jornadas e simpósios realizados em Sergipe, dos quais merecem destaque o V Seminário Brasileiro de Qualidade de Energia Elétrica e o tradicional Pré-Caju.

Na SAELPA: **a)** a concretização do cronograma de ações de arte-educação do Projeto Café com Pão, Arte ConFusão, com o atendimento de cerca de 100 crianças e adolescentes na Oficina de Música, desenvolvida pela empresa em comunidades carentes de João Pessoa; **b)** a inauguração da primeira etapa da Usina Cultural SAELPA, da qual já fazem parte a Galeria de Arte SAELPA, o Parahyba Café e os espaços para atividades variadas de arte-educação (música, artes cênicas, dança, etc.); **c)** a construção do Museu da Eletricidade / Superestação de Energia, cujas obras deverão estar concluídas no primeiro semestre de 2004; **d)** o patrocínio de eventos e ações promovidos por instituições e entidades paraibanas, como o IX Fenart-PB e a Caminhada pela Paz e a Micarua 2003; **e)** a parceria estabelecida com o Hospital Napoleão Laureano, integrando-se à campanha “*Eu luto contra o câncer*”, destinada a arrecadar fundos para manter o atendimento gratuito aos portadores da doença e viabilizar a aquisição de equipamentos.

Na CELB: **a)** a inauguração da *Superestação de Energia CELB*, o primeiro centro didático-interativo sobre eletricidade e seu uso racional implantado na Paraíba, destinado ao público em geral; e **b)** o patrocínio da 5ª edição do *Presépio Vivo de Natal*, espetáculo realizado pela Prefeitura de Campina Grande.

5. O Balanço Social da ENERGIPE

1. Indicadores econômico-financeiros (R\$ mil)	2003	2002
1.1 - Receita Operacional Líquida	305.762	235.005
1.2 - Resultado Operacional	16.627	(24.283)
1.3 - Folha de Pagamento Bruta	27.363	24.264
2. Indicadores Laborais (R\$ mil)		
2.1 - Alimentação	1.741	1.563
2.2 - Encargos Sociais	7.333	6.230
2.3 - Previdência Privada	884	1.288
2.4 - Saúde	923	865
2.5 - Educação	400	369
2.6 - Outros Benefícios	258	296
Total - Indicadores Laborais (2.1 a 2.6)	11.539	10.611
3. Indicadores e Investimentos Sociais (R\$ mil)		
3.1 - Impostos (excluídos encargos sociais)	93.229	68.743
3.2 - Contribuição p/a Sociedade/Investimentos na Cidadania	225	243
3.3 - Investimentos em Meio Ambiente	18	25
3.4 - Programa de eficiência energética, pesquisa e desenvolvimento	1.351	483
3.5 - Programa Luz no Campo	28	1.878
Total - Indicadores e Investimentos Sociais (3.1 a 3.5)	94.851	71.372
4. Indicadores do Corpo Funcional		
4.1 - Número de empregados ao final do período	811	607
4.2 - Número de admissões durante o período	322	38
4.3 - Número de empregados do sexo feminino	128	118
4.4 - % de mulheres em cargos de chefia	20,8	12,5
4.5 - Número de empregados portadores de deficiência	34	30

6. A Demonstração do Valor Adicionado (R\$ mil)

	2003	2002
1- GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Receitas de vendas de energia e serviços	398.724	304.086
Receitas não operacionais	1.157	1.578
Menos Insumos:		
Custo da energia comprada	150.474	113.512
Serviços de terceiros	11.840	16.296
Materiais	4.086	3.865
Outros custos operacionais	4.887	(883)
	<u>171.287</u>	<u>132.760</u>
2- VALOR ADICIONADO BRUTO	<u>228.594</u>	<u>172.904</u>
Quotas de reintegrações	13.754	13.284
3- VALOR ADICIONADO LÍQUIDO GERADO	<u>214.840</u>	<u>159.620</u>
Equivalência patrimonial	16.341	11.731
Amortização de ágio	(12.824)	(14.672)
Receitas financeiras	14.721	4.294
IR e contribuição social diferida	-	4.367
4- VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	<u>233.078</u>	<u>165.340</u>
5- DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Remuneração do trabalho	30.140	26.652
Governo: (impostos, taxas e contribuições)	93.229	68.743
Transferências intra-setoriais	17.397	15.821
Juros	75.377	75.017
Aluguéis	754	839
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	16.181	(21.732)
	<u>233.078</u>	<u>165.340</u>

7. A Demonstração do Fluxo de Caixa

Em milhares de reais	2003	2002
Atividades operacionais		
(+) Recebimento de clientes	410.079	301.340
(+) Outros recebimentos	754	9.550
(-) Fornecedores	150.124	124.248
(-) Salários e encargos sociais	31.223	29.292
(-) Impostos e contribuições	128.621	74.699
(-) Outras despesas	8.511	11.621
(=) Variação de caixa das atividades operacionais	92.354	71.030
Atividades de investimentos		
(-) Aquisição de imobilizado	14.810	12.966
(=) Variação de caixa das atividades de investimentos	(14.810)	(12.966)
Atividades de empréstimos e financiamentos		
(+) Empréstimos e financiamentos obtidos	281.665	277.475
(+) Outros	1.070	-
(-) Serviço da dívida:	352.420	333.801
(=) Variação de caixa das atividades de empréstimos e financiamentos	(69.685)	(56.326)
Aumento (diminuição) do saldo líquido de caixa	7.859	1.738
Saldo de caixa no início do exercício	2.190	452
Saldo de caixa no final do exercício	10.049	2.190

8. Atendimento à Instrução CVM nº 381

A ENERGIPE e suas controladas passaram a utilizar os serviços de Auditoria Independente da Deloitte Touche Tohmatsu, a partir de 2002. Anteriormente, a Deloitte já havia sido contratada para uma revisão dos procedimentos fiscais adotados pelo Sistema Cataguazes-Leopoldina, visando verificar o cumprimento das obrigações relativas aos impostos e contribuições e apresentar recomendações para o aprimoramento dos procedimentos fiscais. Tais serviços foram concluídos, com honorários correspondentes a R\$70 mil, que representam cerca de 30% dos honorários de auditoria. A administração da ENERGIPE e seus auditores independentes entendem que a prestação desses serviços não afetou a independência e a objetividade necessárias ao desempenho dos serviços de auditoria externa.

A Administração.

Demonstrações Financeiras

1. Balanço Patrimonial – Ativo

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2003 E 2002

(Em milhares de reais)

ATIVO

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2003	2002	2003	2002
CIRCULANTE				
Numerário disponível	3.136	2.159	23.635	9.480
Aplicações no mercado aberto	6.913	31	11.408	1.251
Consumidores e concessionárias	64.538	88.189	198.119	262.751
Títulos de créditos a receber	23.525	21.999	55.732	45.186
Créditos renegociados	-	-	7.810	32.692
Recomposição tarifária extraordinária	17.791	15.806	41.940	35.992
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(7.804)	(10.448)	(49.391)	(90.784)
Estoques	439	987	1.577	2.691
Impostos a recuperar	10.588	9.402	31.357	29.419
Despesas pagas antecipadamente	3.808	527	15.851	4.800
Outros créditos	4.911	14.685	12.423	33.000
	127.845	143.337	350.461	366.478
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO				
Recomposição tarifária extraordinária	21.895	29.103	93.637	101.922
Consumidores e concessionárias	18.078	7.773	18.078	7.773
Títulos de créditos a receber	-	-	30.012	10.327
Créditos renegociados	-	-	63.248	20.638
Impostos a recuperar	1.806	2.505	5.950	7.103
Créditos com partes relacionadas	249.037	208.921	123.330	61.300
Créditos tributários	33.638	33.638	133.443	151.123
Depósitos e cauções vinculados	11.506	7.425	37.762	25.261
Outros	16.071	15.507	33.483	30.403
	352.031	304.872	538.943	415.850
PERMANENTE				
Investimentos	113.211	96.863	287	417
Imobilizado	664.081	672.426	916.379	913.982
Diferido	524	465	389.583	391.026
	777.816	769.754	1.306.249	1.305.425
TOTAL DO ATIVO	1.257.692	1.217.963	2.195.653	2.087.753

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

2. Balanço Patrimonial - Passivo

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2003 E 2002 (Em milhares de reais)

PASSIVO

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2003	2002	2003	2002
CIRCULANTE				
Fornecedores	49.542	29.062	130.533	85.879
Encargos de dívidas	236	1.070	1.417	1.941
Empréstimos e financiamentos	86.237	214.611	201.394	358.372
Folha de pagamento	45	119	1.573	1.472
Tributos e contribuições sociais	21.819	15.946	62.294	109.032
Obrigações estimadas	2.699	2.605	7.096	6.658
Encargos do consumidor a recolher	1.618	1.752	2.167	3.437
Outras contas a pagar	15.096	21.109	42.491	61.236
	177.292	286.274	448.965	628.027
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO				
Fornecedores	10.993	14.232	39.075	40.413
Empréstimos e financiamentos	326.613	173.132	453.629	277.381
Débitos com partes relacionadas	-	14.603	142.509	132.688
Tributos e contribuições sociais	29.699	16.145	167.951	81.299
Provisão para contingências	5.667	17.583	83.778	98.280
Provisão de déficit atuarial	16.736	21.485	36.500	46.188
Outras contas a pagar	11.440	11.438	21.318	21.369
	401.148	268.618	944.760	697.618
Participação minoritária	-	-	122.676	99.037
PATRIMÔNIO LÍQUIDO E RECURSOS DESTINADOS A FUTURO AUMENTO DE CAPITAL				
Capital social	437.815	437.815	437.815	437.815
Reservas de capital	3.348	3.348	3.348	3.348
Prejuízos acumulados	(22.032)	(38.213)	(22.032)	(38.213)
	419.131	402.950	419.131	402.950
Recursos destinados a aumento de capital	260.121	260.121	260.121	260.121
	679.252	663.071	679.252	663.071
TOTAL DO PASSIVO	1.257.692	1.217.963	2.195.653	2.087.753

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

3. Demonstrações do Resultado

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2003 E 2002
 (Em milhares de reais, exceto o prejuízo por ação)

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2003	2002	2003	2002
Receita operacional bruta				
Fornecimento de energia elétrica	370.062	279.134	907.776	686.960
Suprimento	11.262	19.781	15.922	77.138
Outras receitas	17.400	5.171	21.735	10.432
	<u>398.724</u>	<u>304.086</u>	<u>945.433</u>	<u>774.530</u>
Deduções à receita operacional				
Quotas para reserva global de reversão - RGR	3.846	3.607	8.611	7.660
ICMS faturado	69.735	54.054	165.401	128.000
Pis, Cofins e ISS	19.381	11.420	48.125	29.018
	<u>92.962</u>	<u>69.081</u>	<u>222.137</u>	<u>164.678</u>
Receita operacional líquida	<u>305.762</u>	<u>235.005</u>	<u>723.296</u>	<u>609.852</u>
Despesas (receitas) operacionais				
Pessoal	27.643	26.652	66.281	67.634
Material	4.086	3.835	10.348	11.093
Serviços de terceiros	11.840	16.296	38.724	49.059
Energia elétrica comprada para revenda	132.410	95.585	333.134	233.815
Transporte de potência elétrica	18.064	17.927	52.207	51.919
Depreciação e amortização	13.754	13.284	34.132	31.556
Quota para conta de consumo de combustível	13.551	12.214	29.452	25.165
Provisão (reversão) para contingências	(351)	196	51	132
Provisão para devedores duvidosos	2.638	(6.627)	(5.196)	(5.472)
Outras despesas	4.929	2.993	12.748	9.526
	<u>228.564</u>	<u>182.355</u>	<u>571.881</u>	<u>474.427</u>
Resultado do serviço	<u>77.198</u>	<u>52.650</u>	<u>151.415</u>	<u>135.425</u>
Receitas (despesas) financeira				
Renda de aplicações financeiras	328	88	910	494
Variação monet. e acrésc. moratório de contas de energia	4.896	3.695	22.564	15.103
Encargos de dívidas	(79.922)	(64.078)	(141.703)	(129.294)
(-) Transferências para o Imobilizado em curso	2.304	429	6.881	620
Juros sobre o capital próprio	-	-	(107)	-
Outras	8.306	(14.126)	38.066	(5.479)
	<u>(64.088)</u>	<u>(73.992)</u>	<u>(73.389)</u>	<u>(118.556)</u>
Equivalência patrimonial	16.341	11.731	-	-
Amortização de ágio	(12.824)	(14.672)	(15.000)	(17.612)
Resultado operacional	<u>16.627</u>	<u>(24.283)</u>	<u>63.026</u>	<u>(743)</u>
Receitas não operacionais	1.157	1.578	2.566	5.236
Despesas não operacionais	(922)	(3.394)	(2.655)	(4.506)
Lucro (prejuízo) antes da contribuição social, imposto de renda, participações e da reversão dos juros sobre o capital próprio	<u>16.862</u>	<u>(26.099)</u>	<u>62.937</u>	<u>(13)</u>
Imposto de renda e contribuição social	(681)	4.367	(22.477)	(5.862)
Lucro (prejuízo) antes das participações e da reversão dos juros sobre o capital próprio	<u>16.181</u>	<u>(21.732)</u>	<u>40.460</u>	<u>(5.875)</u>
Participações de administradores	-	-	(640)	-
Participação minoritária	-	-	(23.746)	(15.857)
Lucro (prejuízo) antes da reversão dos juros sobre capital próprio	<u>16.181</u>	<u>(21.732)</u>	<u>16.074</u>	<u>(21.732)</u>
Reversão dos juros sobre o capital próprio	-	-	107	-
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	<u>16.181</u>	<u>(21.732)</u>	<u>16.181</u>	<u>(21.732)</u>
Lucro líquido (prejuízo) por ação - R\$	<u>361,76</u>	<u>(485,86)</u>		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

4. Demonstrações das Origens e Aplicações de Recursos

DEMONSTRAÇÕES DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2003 E 2002
 (Em milhares de reais)

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2003	2002	2003	2002
Origens de recursos				
Das Operações				
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	16.181	(21.732)	16.181	(21.732)
Despesas (receitas) que não afetam o capital circulante:				
Equivalência patrimonial	(16.341)	(11.731)	-	-
Depreciação e amortização	13.754	13.284	34.132	31.556
Participação minoritária	-	-	23.746	15.857
Amortização de ágio	12.824	14.672	15.000	17.612
Juros e variação monetária de itens de longo prazo	4.658	18.119	(15.742)	21.535
Valor residual das baixas do ativo permanente	1.112	1.677	1.614	2.745
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	4.163	-	5.283
Recomposição tarifária extraordinária de longo prazo	-	1.903	-	283
Conta de variação de valores Parcela A -CVA de longo prazo	-	(1.055)	-	274
Provisão (reversão) para contingências	(351)	196	51	(3.249)
	31.837	19.496	74.982	70.164
De terceiros				
Financiamentos captados	36.159	30.959	103.160	101.577
Contribuição de consumidores	4.696	2.319	6.403	15.789
Aumento do exigível a longo prazo	170.419	15.903	235.815	22.334
Redução do realizável a longo prazo	-	135.758	-	118.066
Parcelamento de impostos	2.532	-	74.763	64.995
	213.806	184.939	420.141	322.761
Total das origens	245.643	204.435	495.123	392.925
Aplicações de recursos				
Nas Operações				
Nos investimentos	7	-	9	75
No imobilizado	23.770	20.241	56.341	68.642
No diferido	330	35	1.622	315
Aumento no realizável a longo prazo	43.830	-	77.559	-
Recursos destinados a futuro aumento de capital	-	6.350	-	-
Valores pagos a empresas controladas e ligadas	-	-	24.208	-
Transferência do exigível a longo prazo para o circulante	84.216	114.739	172.232	279.949
Juros sobre o capital próprio	-	-	107	-
	152.153	141.365	332.078	348.981
Total das aplicações	152.153	141.365	332.078	348.981
Aumento do capital circulante líquido	93.490	63.070	163.045	43.944
Demonstração da variação do capital circulante líquido:				
Ativo circulante				
No início do exercício	143.337	120.362	366.478	329.088
No fim do exercício	127.845	143.337	350.461	366.478
	(15.492)	22.975	(16.017)	37.390
Passivo circulante				
No início do exercício	286.274	326.369	628.027	634.581
No fim do exercício	177.292	286.274	448.965	628.027
	(108.982)	(40.095)	(179.062)	(6.554)
Aumento do capital circulante líquido	93.490	63.070	163.045	43.944

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

5. Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM DE 31 DE DEZEMBRO DE 2003 E 2002
 (Em milhares de reais)**

	Reservas de capital				Prejuízos acumulados	Total
	Capital Social	Subvenção de investimentos	Remuneração de imobilizações em curso			
Saldos em 01 de janeiro de 2002	437.815	2.102	1.246		(16.481)	424.682
Prejuízo do exercício	-	-	-		(21.732)	(21.732)
Saldos em 31 de dezembro de 2002	437.815	2.102	1.246		(38.213)	402.950
Lucro líquido do exercício	-	-	-		16.181	16.181
Saldos em 31 de dezembro de 2003	437.815	2.102	1.246		(22.032)	419.131

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para os exercícios
findos em 31 de dezembro de 2003 e 2002
(Em milhares de reais)**

1 Contexto Operacional

A Empresa Energética de Sergipe S/A - Energipe é uma concessionária de energia elétrica, que atua em 63 municípios no Estado de Sergipe, atendendo a 434.284 consumidores (não auditado pelos auditores independentes).

A Energipe, através das empresas de propósitos específicos Pbpart Ltda. e Pbpart SE 1 S/A, adquiriu o controle acionário das empresas Companhia Energética da Borborema – CELB e Sociedade Anônima de Eletrificação da Paraíba – Saelpa.

A CELB e a Saelpa são concessionárias de serviços públicos de energia elétrica, cujas áreas de concessão englobam praticamente todo o Estado da Paraíba e atendem a 962.513 consumidores (não auditado pelos auditores independentes).

A Energipe apresentava o capital circulante líquido negativo em 31 de dezembro de 2003 nos montantes R\$49.447 (R\$142.937 em 2002) na controladora e R\$98.504 (R\$261.549 em 2002) no consolidado, respectivamente. A melhora do capital circulante líquido é reflexo da Energipe e suas controladas terem concluído em outubro de 2003, programa de reestruturação dos seus endividamentos, que consistiu no alongamento de dívidas bancárias, com fornecedores e fiscais, no montante de R\$551 milhões. O pagamento das dívidas bancárias de curto prazo da ordem de R\$360 milhões, que foram renegociados, se dará em até 54 meses a partir de janeiro de 2004, sendo a média de amortização de 45 meses. Sobre 77% do montante renegociado, incidirá o custo de TJLP + 7% a.a. e, sobre os 23% restantes o custo médio será de CDI + 6% a.a..

Os passivos fiscais e com fornecedores, no valor aproximado de R\$191 milhões, tiveram seus vencimentos alongados por até 120 meses, com prazo médio de 95 meses. Desse total, 53% serão atualizados pelo IPCA, 12% pela TJLP, ambos sem juros, e os 35% restantes atualizados pelo IGP-M + 12% a.a..

A administração entende que a reestruturação de dívidas deverá restabelecer a liquidez de curto prazo necessária às operações da Energipe e suas controladas, reduzindo, substancialmente, as necessidades de refinanciamentos nos próximos exercícios.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, normas e disposições da Comissão de Valores Mobiliários - CVM e legislação específica aplicável às concessionárias de Serviços Públicos de Energia Elétrica, estabelecidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, preponderantemente o “Manual de Contabilidade de Serviço Público de Energia Elétrica”, de aplicação compulsória a partir de 1º de janeiro de 2002.

3 Sumário das principais práticas contábeis

- a) As aplicações no mercado aberto estão representadas por aplicações em fundos de curto prazo e certificados de depósitos bancários que estão registrados pelo valor atualizado na data do balanço;
- b) Consumidores e concessionárias engloba o fornecimento de energia faturada e não faturada por estimativa, até o encerramento do balanço, reconhecidas pelo regime de competência;
- c) A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em bases consideradas suficientes para fazer face a eventuais perdas na realização dos créditos e levando em conta as instruções da ANEEL;

- d) Os estoques estão valorizados ao custo médio da aquisição, que não excede o seu valor de mercado;
- e) Os investimentos em controladas foram contabilizados pelo método de equivalência patrimonial, tomando-se por base os patrimônios líquidos dessas empresas em 31 de dezembro de 2003 e 2002. Os demais investimentos estão contabilizados ao custo, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995.

Os ágios pagos nas aquisições dos controles acionários das controladas CELB e Saelpa, estão sendo amortizados pelo prazo de concessão de distribuição de energia elétrica, tomando-se por base as projeções dos resultados dessas concessionárias, ou seja, CELB em 30 anos, a partir de janeiro de 2000 e Saelpa em 30 anos, a partir de dezembro de 2000. Em 31 de dezembro de 2003, os saldos a amortizar são: CELB R\$81.400 e Saelpa R\$304.682, todos classificados no diferido para fins de apresentação no consolidado;

- f) O imobilizado está demonstrado ao custo, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995. As adições, a partir desta data, estão contabilizadas ao custo. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base no prazo de vida útil estimado dos bens e são debitadas ao resultado do exercício ou ao custo das imobilizações em curso;

O ágio incorporado pela Energipe, encontra-se registrado no imobilizado e está sendo amortizado pelo prazo de concessão de distribuição de energia elétrica, tomando-se por base as projeções de resultado da Energipe nos próximos 30 anos, a partir de abril de 1998. Em 31 de dezembro de 2003, o saldo a amortizar deste ágio monta em R\$473.047 (R\$485.871 em 2002);

- g) Os juros e demais encargos financeiros e efeitos inflacionários, relativos aos financiamentos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados no imobilizado em curso, foram capitalizados e estão registrados neste subgrupo como custo. A Energipe e suas controladas optaram por não mais capitalizar os juros sobre os investimentos em imobilizado em curso financiados com recursos próprios a partir de 1999;
- h) O diferido está representado pelo custo de aquisição de software de manutenção de sistema corporativo. A amortização está sendo realizada pelo prazo de 5 anos.
- i) Os empréstimos e financiamentos estão atualizados pelas taxas contratuais na data de encerramento dos exercícios.
- j) O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido de 10%. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9%. Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos foram constituídos em conformidade com a Instrução CVM nº 371/02. As sociedades que não se enquadraram nas regras da referida Instrução, mantiveram os créditos tributários diferidos que foram registrados até 30 de junho de 2002 e a sua realização ocorrerá em conformidade com as regras da Deliberação CVM nº 273/97.
- k) As contingências passivas estão provisionadas por valores julgados suficientes pelos administradores e assessores jurídicos para fazer face aos desfechos desfavoráveis;
- l) As receitas e despesas são reconhecidas no resultado do exercício pelo regime de competência;
- m) Os custos associados aos planos de complementação de aposentadoria e pensão são reconhecidos pelo regime de competência, conforme Deliberação CVM nº 371/00;
- n) Os demais ativos e passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos/encargos incorridos até a data do balanço;
- o) A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Energipe se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes da compra e venda de energia elétrica no Mercado Atacadista de Energia – MAE, Provisão

para Créditos de Liquidação Duvidosa, Provisão para Contingências e Planos de Aposentadoria e Pensões.

4. Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Energipe e de suas controladas a seguir relacionadas:

Controladas:	Participação societária em 2003 e 2002
Pbpart Ltda. (*)	99,99
Pbpart SE 1 S.A. (**)	50,10

(*) Controladora da CELB (99,13% do capital votante e 88,85% do capital total)

(**) Controladora da Pbpart SE 2 Ltda (50,10% do capital votante e total) que detém o controle da Saelpa (97,55% do capital votante e 82,83% do capital total)

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas com base nas demonstrações financeiras das empresas controladas em 31 de dezembro de 2003 e 2002, de acordo com os critérios técnicos de consolidação previstos na Instrução CVM n.º 247/96.

5 Consumidores e concessionárias

a) Controladora

Classes de consumo	Saldos Vincendos	Vencidos até 30 dias	Vencidos de 31 a 90 dias	Vencidos de 91 a 180 dias	Vencidos de 181 a 360 dias	Vencidos há mais de 360 dias	Total	
							2003	2002
Residencial	5.229	3.674	1.452	612	7	31	11.005	13.992
Industrial	8.558	707	312	73	138	192	9.980	4.147
Comércio, serviços e outras atividades	3.103	1.647	717	405	340	1.277	7.489	4.575
Rural	531	380	468	490	1.005	7.765	10.639	8.595
Poder público:								
Federal	375	272	50	11	25	62	795	456
Estadual	170	123	22	5	11	28	359	206
Municipal	665	482	87	19	44	110	1.407	809
Iluminação pública	1.051	100	68	32	26	54	1.331	3.039
Serviço público	1.050	-	-	-	9	51	1.110	2.094
Revisão tarifária periódica	11.078	-	-	-	-	-	11.078	-
Outras	1.650	-	-	-	-	-	1.650	-
Subtotal – consumidores	33.460	7.385	3.176	1.647	1.605	9.570	56.843	37.913
Concessionárias (*)							12.903	48.061
Fornecimento não faturado							12.870	9.988
Total	33.460	7.385	3.176	1.647	1.605	9.570	82.616	95.962
Parcela curto prazo							64.538	88.189
Parcela longo prazo							18.078	7.773

b) Consolidado

Classes de consumo	Saldos Vincendos	Vencidos Até 30 dias	Vencidos de 31 a 90 dias	Vencidos de 91 a 180 dias	Vencidos de 181 a 360 dias	Vencidos há mais de 360 dias	Total	
							2003	2002
Residencial	14.291	10.672	4.171	1.865	27	103	31.129	43.752
Industrial	20.334	2.518	1.325	498	805	11.722	37.202	28.297
Comércio, serviços e outras atividades	8.761	5.238	2.510	1.207	650	2.371	20.737	21.437
Rural	2.062	1.143	1.128	831	1.638	7.869	14.671	12.410
Poder público:								
Federal	1.394	1.157	840	616	674	1.748	6.429	7.132
Estadual	1.685	1.444	1.206	966	958	2.329	8.588	10.161
Municipal	1.684	1.373	888	701	669	1.537	6.852	7.515
Iluminação pública	3.635	2.060	2.508	2.315	2.715	11.982	25.215	41.832
Serviço público	3.745	144	81	50	349	297	4.666	4.895
Revisão tarifária periódica	11.078	-	-	-	-	-	11.078	-
Outros valores a receber	4.956	-	-	-	-	-	4.956	-
Subtotal – consumidores	73.625	25.749	14.657	9.049	8.485	39.958	171.523	177.431
Concessionárias (*)							13.420	67.918
Fornecimento não faturado							31.254	25.175
Total	73.625	25.749	14.657	9.049	8.485	39.958	216.197	270.524
Parcela curto prazo							198.119	262.751
Parcela longo prazo							18.078	7.773

(*) Inclui energia vendida no Mercado Atacadista de Energia – MAE .

A Companhia constituiu provisão para devedores duvidosos dos saldos vencidos de longa data, dentro dos critérios técnicos estabelecidos pela ANEEL.

O saldo da conta de consumidores e concessionárias em 31 de dezembro de 2003, inclui o registro dos valores referentes à comercialização de energia no âmbito do Mercado Atacadista de Energia – MAE no montante de R\$11.318 e R\$11.654 controladora e consolidado, respectivamente, relativos ao período de setembro de 2000 a dezembro de 2003, deduzido da liquidações parciais ocorridas até em 31 de dezembro de 2003. Esses saldos foram apurados com base em cálculos preparados e divulgados pelo MAE juntamente com estimativas internas elaboradas pela Administração. A composição financeira desses valores esta demonstrada a seguir:

Composição dos créditos no MAE	Controladora		Consolidado	
	2003	2002	2003	2002
Saldos a vencer	284	-	541	-
Créditos vinculados a liminares até dezembro de 2002	8.644	7.773	8.644	7.773
Créditos renegociados	826	-	844	-
Parcela em negociação	1.564	37.592	1.625	56.479
	11.318	45.365	11.654	64.252
(-) Aquisição de energia no MAE	-	-	-	(7.796)
(-) Encargos de serviços do sistema	-	(170)	-	(431)
	11.318	45.195	11.654	56.025

As transações ocorridas a partir de julho/2003, estão sendo liquidadas no último dia útil do mês posterior ao fechamento do mês.

Os valores da energia no curto prazo que encontram-se vinculados a liminares, podem estar sujeitos a modificação dependendo de decisão dos processos judiciais em andamento, movido por determinadas empresas do setor, relativos a interpretação das regras do mercado em vigor. Essas empresas, não incluídas na área do racionamento, obtiveram liminar que torna sem efeito o Despacho nº. 288 da ANEEL, de 16 de maio de 2002, que objetivou o esclarecimento às empresas do setor sobre o tratamento e a forma de aplicação de determinadas regras de contabilização do MAE, incluídas no Acordo Geral do Setor Elétrico. O pleito dessas empresas envolve a comercialização da cota-parte de Itaipu no submercado Sudeste/Centro-Oeste durante o período de racionamento de 2001 a 2002, quando havia discrepância significativa de preços na energia de curto prazo entre os submercados.

6 Revisão Tarifária Periódica

A ANEEL, através da Resolução nº 199, de 16 de abril de 2003, estabeleceu os resultados da primeira Revisão Tarifária Periódica da Energipe. O reposicionamento fixado foi de 35,18% e um Fator Xe de 1,4%.

Atendendo ao princípio de modicidade tarifária e a condição de equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão, definida na revisão tarifária periódica da concessionária, o acréscimo de receita da Parcela B resultante do reposicionamento tarifário, será aplicado em parcelas anuais, na forma apresentada a seguir:

I - em 22 de abril de 2003 as tarifas de fornecimento de energia elétrica da ENERGIPE foram reposicionadas em 29,71%, que corresponderia ao percentual resultante do cálculo do índice de reajuste tarifário anual da concessionária; e

II - nos reajustes tarifários anuais, a serem homologados para os anos de 2004 a 2007, serão acrescidos à Parcela B de cada ano, parcelas anuais no montante de R\$15.725, valor este referenciado à data da revisão tarifária periódica da Energipe. Estes valores são atualizados pela variação do IGP-M. No exercício de 2003, foram contabilizados o montante de R\$11.078, na rubrica “consumidores e concessionárias” no ativo circulante.

Os valores homologados para a Energipe, naquela ocasião, ainda se revestem de caráter provisório, na medida em que o processo se encontra, atualmente, sob análise na ANEEL, sendo objeto de diversos ajustes metodológicos.

7 Recomposição tarifária extraordinária

Com base nas disposições contidas na Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, na Resolução nº 91, da Câmara de Gestão de Crise de Energia Elétrica - GCE, de 21 de dezembro de 2001, e na Resolução nº 31, da ANEEL, de 24 de janeiro de 2002, foi instituída a recomposição tarifária extraordinária, que está sendo efetivada por meio da aplicação de reajustes às tarifas de energia elétrica vigentes a partir de 31 de dezembro de 2001, assim reconhecidas pela ANEEL:

- a) 2,9% para os clientes residenciais e rurais (exceto baixa renda).
- b) 7,9% para os demais clientes.

A referida recomposição visa o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão e foi implementada para suprir as perdas observadas em decorrência do Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica, durante o período compreendido entre 01 de junho de 2001 a 28 de fevereiro de 2002 a saber:

- a) Redução do consumo de energia elétrica do programa de racionamento no período;
- b) Conta de Compensação de Variação de Itens da Parcela A; e
- c) Energia Livre – energia contratada pelos geradores para atender o período do Programa Emergencial. Conforme Resolução ANEEL nº 36 de 29 de janeiro de 2003, alterada pela Resolução ANEEL nº 89 de 25 de fevereiro de 2003. Esses valores começaram a ser repassados aos geradores desde de março de 2003.

Através das Resoluções nº 480, 481, 482 e 483 de agosto de 2002 e a Resolução nº 01 de 12 de janeiro de 2004 da ANEEL, os valores homologados relativos à recomposição tarifária extraordinária e energia livre estão demonstrados a seguir:

	Controladora				Consolidado			
	Recomposição o tarifária	Energia livre	Parcela A	Total	Recomposição o tarifária	Energia livre	Parcela A	Total
Saldos em 31/12/2002	16.900	22.106	5.903	44.909	74.554	55.179	8.181	137.914
Ajuste Resolução Aneel nº1	-	2.476	-	2.476	-	6.807	-	6.807
Ajuste Baixa renda	789	201	-	990	2.294	434	-	2.728
Amortização	(8.375)	(8.864)	-	(17.239)	(23.134)	(16.808)	-	(39.942)
Atualização monetária	3.684	3.435	1.431	8.550	17.192	8.896	1.982	28.070
Saldos em 31/12/2003	12.998	19.354	7.334	39.686	70.906	54.508	10.163	135.577
Parcela de curto prazo	8.538	9.253	-	17.791	24.365	17.575	-	41.940
Parcela de longo prazo	4.460	10.101	7.334	21.895	46.541	36.933	10.163	93.637

A Resolução ANEEL nº 484 de 29 de agosto de 2002, alterada pela Resolução ANEEL nº 01 de 12 de janeiro de 2004, estabeleceu a vigência do reajuste tarifário extraordinário – RTE nas tarifas de fornecimento de energia elétrica das concessionárias de distribuição de energia elétrica pelos seguintes prazos máximos, a partir de janeiro de 2001: Energipe (49 meses); CELB (81 meses) e Saelpa (71 meses).

A Resolução ANEEL nº 01 de 12 de janeiro de 2004, além de rever os prazos de vigências da RTE, homologou o montante da “Parcela A” e determinou que a recuperação dos valores se dará pelo mesmo mecanismo equivalente à aqueles adotados para Recomposição Tarifária e Energia Livre. A administração das Companhias baseada em projeções internas espera realizar todos os créditos dentro dos prazos definidos por essa Resolução.

O BNDES aprovou linha de crédito para financiamento dos valores de recuperação das perdas decorrentes do Programa de Racionamento. O montante liberado até 31 de dezembro de 2003 é de R\$28.487 na controladora e de R\$89.842 no consolidado.

8 Consumidores de baixa renda

A Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, estabeleceu as diretrizes para enquadramento na subclasse residencial baixa renda, da unidade consumidora com consumo mensal inferior a 80kWh, tendo o Decreto nº 4.336, de 15 de agosto de 2002, ampliado a regulamentação de enquadramento, para unidades consumidoras com consumo mensal entre 80 e 220 kWh, desde que cumpridos certos requisitos.

Em decorrência de nova classificação, a concessionária procedeu o levantamento das perdas de receita, tendo sido apurado até 31 de dezembro de 2003, o montante de R\$27.309 (R\$10.777 em 2002) na controladora e R\$78.116 (R\$ 28.390 em 2002) no consolidado, tendo a Eletrobrás já ressarcido às Companhias R\$23.450 e R\$68.912 controladora e consolidado, respectivamente, classificados na rubrica “Outros Créditos” no ativo circulante. Esta receita será custeada com recursos financeiros oriundos do adicional de dividendos devidos à União pela ELETROBRÁS, associado às receitas adicionais auferidas pelas concessionárias geradoras, sob controle federal e na insuficiência dos referidos dividendos da Eletrobrás, com recursos da RGR – Reserva Global de Reversão. Simultaneamente, a Companhia e suas controladas constituíram uma provisão no passivo circulante na conta “Outras Contas a pagar” no montante de R\$24.197 na controladora e R\$65.585 no consolidado, dos quais R\$16.477 (controladora) e R\$46.690 (consolidado) foram restituídos aos consumidores até 31 de dezembro de 2003.

9 Títulos de créditos a receber

Correspondem às contas de energia elétrica em atraso, renegociadas com os consumidores através de Termos de Confissão de Dívida. Em 31 de dezembro de 2003, estes créditos montam em R\$23.525 (R\$21.999 em 2002) na controladora, R\$85.744 (R\$55.513 em 2002) no consolidado, sendo R\$30.012 (R\$10.327 em 2002) classificados no Realizável a Longo Prazo. Do montante dos Títulos de Créditos a Receber, R\$15.642 encontram-se vencidos há mais de 360 dias, para os quais a Energipe e suas controladas constituíram Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa.

10 Créditos renegociados – consolidado

Credora	Devedora	Crédito em 2003	Parcelas Mensais a Receber	Índice de Atualização Anual	Crédito em 2002
Saelpa	Cia. de Água e Esgotos da Paraíba – CAGEPA	19.853	115	IPCA	12.415
Saelpa	Governo do Estado da Paraíba	51.205	115	IPCA	40.915
Total		71.058			53.330
Parcela de curto prazo		7.810			32.692
Parcela de longo prazo		63.248			20.638

Os créditos, renegociados pela controlada Saelpa, referem-se a consumo de energia elétrica até junho de 2000, renegociados em agosto de 2003, com novas cláusulas e condições contratuais. O crédito junto à Companhia de Água e Esgotos da Paraíba – CAGEPA tem como garantia a própria receita da CAGEPA.

11. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2003	2002	2003	2002
.Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS	7.435	6.020	16.033	16.967
.Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF	1.790	744	4.615	7.296
.Imposto de Renda – IRPJ	1.888	3.477	11.810	7.305
.Contribuição Social Sobre o Lucro – CSSL	525	1.011	2.202	3.094
.Outros	756	655	2.647	1.860
	<u>12.394</u>	<u>11.907</u>	<u>37.307</u>	<u>36.522</u>
Parcela de curto prazo	10.588	9.402	31.357	29.419
Parcela de longo prazo	1.806	2.505	5.950	7.103

12. Transações com partes relacionadas

Controladora:

	2003		2002	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Contratos de mútuo:				
. CFLCL	29.436	-	-	-
. Saelpa	13.533	-	-	-
. Pbpact Ltda	-	-	-	14.603
	<u>42.969</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>14.603</u>
Adiantamento para futuro aumento de capital:				
. Pbpact Ltda	51.412	-	66.016	-
. Pbpact SE 1	154.656	-	142.905	-
. Energisa S/A (*)	-	260.121	-	260.121
	<u>206.068</u>	<u>260.121</u>	<u>208.921</u>	<u>260.121</u>
Total	<u>249.037</u>	<u>260.121</u>	<u>208.921</u>	<u>274.724</u>

(*) Classificado no Patrimônio Líquido.

Os mútuos, originários de transações comerciais e financeiras normais ao curso das operações, são remunerados a juros compatíveis de mercado. Os recursos destinados ao futuro aumento de capital, não são remunerados.

Transações efetuadas:

	Cia. Força e Luz Cataguazes- Leopoldina	CELB	Saelpa	Total 2003	Total 2002
Energia elétrica (comprada)	-	(1.063)	(478)	(1.541)	(885)
Serviços contratados (despesa)	(679)	-	-	(679)	(680)
Receita (despesa) financeira	7.563	671	(1.187)	7.047	(2.528)

As transações de adiantamento e empréstimos são remuneradas a juros compatíveis com o mercado. As referidas operações estão suportadas por contratos de abertura de crédito e foram submetidos ao conhecimento e aprovação da ANEEL.

As prestações de serviços, referentes às áreas administrativas e de apoio e a aquisição de softwares de sistema integrado corporativo de planejamento e gestão de recursos, foram realizadas em condições usualmente praticadas no mercado e foram submetidos ao conhecimento e aprovação da ANEEL.

Os valores relativos a energia fornecida estão suportados por contratos de compra e venda de energia que foram submetidos à aprovação do Poder Concedente.

Os saldos entre partes relacionadas no consolidado, em 31 de dezembro, estão demonstrados como segue:

	ATIVO CONSOLIDADO			
	TOTAL			
	ENERGISA	CFLCL	2003	2002
SAELPA	-	27.740	27.740	11.058
PBPART LTDA	-	29.853	29.853	12.397
PBPART SE 2	7.000	29.301	36.301	37.845
ENERGIPE	-	29.436	29.436	-
	7.000	116.330	123.330	61.300

	PASSIVO CONSOLIDADO			
	TOTAL			
	SAELPA	PBPART SE1 (*)	2003	2002
CENF	9.821	-	9.821	-
Alliant Energy Holdings do Brasil Ltda	-	132.688	132.688	132.688
	9.821	132.688	142.509	132.688

(*) Adiantamento para futuro aumento de capital.

Transações efetuadas consolidado:

	Cia. Força e Luz Cataguazes- Leopoldina	Cia. de Eletricidade de Nova Friburgo	Total 2003	Total 2002
Energia elétrica vendida	1.855	-	1.855	(885)
Serviços contratados (despesa)	(2.044)	-	(2.044)	(2.000)
Aluguel de equipamentos	(101)	-	(101)	(55)
Receita (despesa) financeira	26.166	(649)	25.517	3.487

13. Créditos tributários

Representam créditos tributários oriundos de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social. Os valores de imposto de renda e contribuição social que afetaram o resultado do exercício, bem como compensação dos créditos tributários registrados, são demonstrados como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2003	2002	2003	2002
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	16.862	(26.099)	62.937	(13)
Receita (despesa) de imposto de renda e da contribuição social calculados à alíquota efetiva	(5.733)	8.874	(21.398)	4
Ajustes:				
Equivalência patrimonial	5.556	3.988	-	-
Créditos de exercícios anteriores	-	-	-	2.591
Créditos fiscais não constituídos em função da CVM 371	(119)	(7.327)	(119)	(7.327)
Outros	(385)	(1.168)	(960)	(1.130)
Receita (despesa) de imposto de renda e contribuição social diferidos	(681)	4.367	(22.477)	(5.862)
<u>Crédito tributário reconhecido no balanço</u>				
Prejuízos fiscais	33.124	33.037	109.328	122.082
Base negativa de contribuição social	7.960	7.928	31.561	36.368
Total	41.084	40.965	140.889	158.450
Créditos fiscais não constituídos em função da CVM 371	(7.446)	(7.327)	(7.446)	(7.327)
Total	33.638	33.638	133.443	151.123

Em 01 de julho de 2002, a CVM publicou a Instrução nº 371/2002, que estabelece novos critérios de avaliação e divulgação dos créditos fiscais diferidos. Em atendimento às disposições contidas nessa Instrução, estima-se as seguintes realizações dos créditos fiscais da controladora e consolidado:

Período	Realizações de créditos fiscais	
	Controladora	Consolidado
2004	4.300	14.800
2005	5.600	19.600
2006	6.100	26.500
2007	7.900	34.100
2008	8.400	36.200
2009	1.338	2.243
Total	33.638	133.443

A Energipe apurou prejuízo fiscal e base negativa no exercício de 2002 e somente constituiu créditos tributários sobre os valores apurados até 30 de junho de 2002, conforme previsto pela Deliberação CVM nº 273/97. A partir desta data, por não se enquadrar nas regras da Instrução CVM nº 371/02, deixou de constituir créditos tributários da ordem de R\$7.446, os quais, segundo projeções internas, estima-se serem realizados a partir de 2010.

14. Investimentos

	Controladora		Consolidado	
	2003	2002	2003	2002
Participação em controladas	113.158	96.817	-	-
Outros	53	46	287	417
	<u>113.211</u>	<u>96.863</u>	<u>287</u>	<u>417</u>

Participação em controladas:

Controladoras	2003					2002				
	Energipe	Energipe	Pbpart Ltda.	Pbpart SE 1 S/A	Pbpart SE 2 Ltda.	Energipe	Energipe	Pbpart Ltda.	Pbpart SE 1 S/A	Pbpart SE 2
Controladas	Pbpart Ltda.	Pbpart SE 1 S/A	CELB	Pbpart SE 2 Ltda.	Saelpa	Pbpart Ltda.	Pbpart SE 1 S/A	CELB	Pbpart SE 2 Ltda.	Saelpa
Capital social	26.800	157.428	12.665	265.909	181.401	26.800	157.428	12.665	1	181.401
Quantidade de ações/quotas possuídas (mil)	26.799	78.871	113	265.909	605.678	26.799	78.871	113	1	605.678
Participação (%)	99,99	50,10	88,85	99,99	82,83	99,99	50,10	88,85	99,99	82,83
Lucro (prejuízo) do exercício	(913)	34.438	3.438	34.457	35.984	644	22.132	984	22.530	27.389
Patrimônio líquido	19.389	187.163	13.386	296.104	161.847	20.302	152.725	10.909	(4.261)	125.863
Equivalência patrimonial	(913)	17.254	3.054	34.457	29.806	644	11.087	874	22.530	22.686
Investimentos	19.389	93.769	11.893	296.104	134.058	20.302	76.515	9.693	-	104.252

Movimentação dos investimentos:

	2003			2002		
	Pbpart Ltda	Pbpart SE 1 S/A	TOTAL	Pbpart Ltda	Pbpart SE 1 S/A	TOTAL
Saldo inicial	20.302	76.515	96.817	19.658	65.428	85.086
Equivalência patrimonial	(913)	17.254	16.341	644	11.087	11.731
Saldo final	<u>19.389</u>	<u>93.769</u>	<u>113.158</u>	<u>20.302</u>	<u>76.515</u>	<u>96.817</u>

15. Imobilizado

	Taxas anuais de depreciação (%)	Controladora		Consolidado	
		2003	2002	2003	2002
Em serviço:					
Distribuição -					
Linhas, redes e subestações	2,5 a 7,7	283.960	265.529	673.397	630.323
Comercialização	4	2.469	2.469	12.121	13.152
Administração	4, 10 e 20	24.724	24.439	46.400	44.675
		<u>311.153</u>	<u>292.437</u>	<u>731.918</u>	<u>688.150</u>
Depreciação acumulada:					
Distribuição -					
Linhas, redes e subestações		(103.707)	(91.520)	(251.522)	(228.258)
Comercialização		(341)	(218)	(2.829)	(2.643)
Administração		(8.442)	(6.789)	(17.771)	(13.663)
		<u>(112.490)</u>	<u>(98.527)</u>	<u>(272.122)</u>	<u>(244.564)</u>
Em curso:					
Distribuição -					
Linhas, redes e subestações		15.547	11.315	42.003	36.966
Comercialização		41	83	65	268
Administração		413	181	1.019	439
		<u>16.001</u>	<u>11.579</u>	<u>43.087</u>	<u>37.673</u>
Subtotal		<u>214.664</u>	<u>205.489</u>	<u>502.883</u>	<u>481.259</u>
Ágio de empresa incorporada		538.012	538.012	538.012	538.012
Amortização acumulada		(64.965)	(52.141)	(64.965)	(52.141)
Subtotal		<u>473.047</u>	<u>485.871</u>	<u>473.047</u>	<u>485.871</u>
Contribuições do consumidor		(23.328)	(18.632)	(59.237)	(52.846)
Reserva para reversão		(302)	(302)	(314)	(302)
Obrigações vinculadas à concessão		(23.630)	(18.934)	(59.551)	(53.148)
		<u>(47.260)</u>	<u>(38,868)</u>	<u>(118,142)</u>	<u>(108,196)</u>
Total		<u>664.081</u>	<u>672.426</u>	<u>916.379</u>	<u>913.982</u>

Os bens e instalações utilizados na transmissão, distribuição, inclusive comercialização são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL n.º 20/99, regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando, ainda, que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada até a definitiva aplicação na concessão.

As contribuições dos consumidores representam a participação de terceiros em obras para fornecimento de energia elétrica em áreas não incluídas nos projetos de expansão das concessionárias de energia elétrica.

A reserva para reversão, constituída até 31 de dezembro de 1971, representa o montante de recursos provenientes do fundo de reversão, os quais foram aplicados em projetos de expansão da Energipe, incidindo, juros de 5% a.a. pagos mensalmente.

16. Diferido

	Controladora		Consolidado	
	2003	2002	2003	2002
Ágio na aquisição de investimentos	-	-	386.082	388.258
Custo de aquisição de softwares	1.665	1.335	6.307	4.685
Amortização acumulada	(1.141)	(870)	(2.806)	(1.917)
Total	524	465	389.583	391.026

17 Ágios em investidas

Os ágios pagos nas aquisições das controladas Saelpa e Celb, estão sendo amortizados pelo prazo de concessão de uma curva de lucratividade projetada para essas controladas. Em 31 de dezembro de 2003, a previsão de amortização de tais ágios é como segue:

Período de amortização	Controladora	Consolidado
2003 a 2004	10.631	13.940
2005 a 2006	28.342	41.144
2007 a 2008	33.143	55.324
2009 a 2010	32.104	62.048
2011 a 2012	35.881	73.331
2013 em diante	332.946	613.342
Total	473.047	859.129
Classificado como :		
Imobilizado	473.047	473.047
Diferido	-	386.082

Movimentação dos ágios – consolidado

	2003				2002			
	Energipe	Pbpart Ltda	Pbpart SE 2 Ltda	Total	Energipe	Pbpart Ltda	Pbpart SE 2 Ltda	Total
Saldo inicial	485.871	82.352	305.906	874.129	500.543	83.033	308.165	891.741
. amortização de ágio	(12.824)	(952)	(1.224)	(15.000)	(14.672)	(681)	(2.259)	(17.612)
Saldo final	473.047	81.400	304.682	859.129	485.871	82.352	305.906	874.129

18. Empréstimos e financiamentos

	Controladora		Consolidado	
	2003	2002	2003	2002
.Em moeda nacional, com juros de 4% a 7% a.a. e atualização monetária com base na variação da TJLP (Finame, Unibanco, BNL, HSBC e BNDES) (*)	326.601	238.567	392.402	297.938
.Em moeda nacional, com juros de até 8% a.a. e atualização monetária com base na variação da Finel, RGR (Eletrobrás)	2.900	7.686	10.151	25.086
.Em moeda nacional, com juros de até 16,77% a.a. acima da taxa CDI(Mercantil, Rural, Unibanco, BNL, Schahin, ABC Brasil, Itaú, HSBC, BBA Creditanstalt, BBM, BRASCAN, BIC BANCO, Santos, Sofisa, Industrial e Bradesco).	44.928	56.549	150.485	148.463
.Em moeda nacional, com juros de 1% a.a. e atualização monetária com base na variação da SELIC (BNDES).	18.224	20.428	64.797	71.420
.Em moeda nacional, com juros de 1% a.m. e atualização monetária com base na variação do IGP-DI (Funasa).	-	-	6.155	5.763
.Em moeda nacional, com juros de até 10% a.a. e atualização monetária com base na variação do IGP-DI (Inergus).	15.795	15.439	15.795	15.439
.Em moeda nacional, com juros de 0,75% a m, e atualização monetária com base na variação da taxa TBF (BANESE).	4.402	6.413	4.402	6.413
.Em moeda nacional, com juros de 4,5% a.a e atualização monetária com base na variação do CDI (BNDES).	-	42.661	-	49.036
. Total moeda nacional	412.850	387.743	644.187	619.558
.Em moeda estrangeira (US\$), com juros de 7,255% a.a. mais variação cambial (Unibanco).	-	-	10.836	16.195
. Total moeda estrangeira	-	-	10.836	16.195
Total Geral	412.850	387.743	655.023	635.753
.Parcela de curto prazo	86.237	214.611	201.394	358.372
.Parcela de longo prazo	326.613	173.132	453.629	277.381

(*) No consolidado, inclui o financiamento obtido pela Pupart Ltda. junto ao BNDES, no montante de R\$52.628 (R\$44.363 em 2002), para a aquisição do controle acionário da CELB, o financiamento obtido pela Pupart SE 2 Ltda., no montante de R\$12.538 (R\$20.419 em 2002), para aquisição do controle acionário da SAELPA, e o financiamento da Energipe, no montante de R\$313.419 (R\$263.216 em 2002). Estes financiamentos estão garantidos pelas cauções das próprias ações adquiridas e a totalidade das ações ordinárias e preferenciais da Companhia de Eletricidade de Nova Friburgo (CENF) de propriedade da CFLCL.

Adicionalmente os contratos firmados pela Pupart Ltda e Energipe junto ao BNDES, possuem cláusulas restritivas que, em geral, sugerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. O descumprimento desses índices pode implicar em vencimento antecipado das dívidas. Em 31 de dezembro de 2003 as exigências contratuais estão plenamente cumpridas.

Os financiamentos obtidos junto ao Finame estão garantidos pelos próprios equipamentos financiados.

Os financiamentos obtidos junto às demais instituições financeiras estão garantidos por vinculação de parcelas das receitas da Energipe, CELB e Saelpa, em igual montante ao saldo dos respectivos financiamentos.

Os financiamentos de longo prazo têm seus vencimentos assim programados:

	2003	
	Controladora	Consolidado
2005	155.176	216.712
2006	88.628	120.642
2007	76.549	101.232
2008	2.755	9.031
2009	2.755	4.446
Após 2009	750	1.566
	326.613	453.629

19. Parcelamento de impostos

Em 31 de julho de 2003, a Energipe e suas controladas CELB e Saelpa aderiram ao Parcelamento Especial – PAES, instituído pela Lei 10.684 de 30 de maio de 2003, que possibilitou o parcelamento de débitos vencidos até 28 de fevereiro de 2003, junto a Secretaria da Receita Federal, a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e ao Instituto Nacional do Seguro Social – INSS em até 180 parcelas. A Energipe e suas controladas CELB e Saelpa, também parcelaram seus débitos fiscais de ICMS junto aos Governos Estaduais.

Em 31 de dezembro de 2003, esses débitos totalizam R\$19.716 e R\$154.096 na controladora e consolidado, respectivamente, e estão registrados na rubrica “Tributos e contribuições sociais” no Passivo Circulante e no Exigível a Longo Prazo, cuja liquidação está assim programada:

	Controladora	Consolidado
2004	2.991	18.706
2005	2.341	18.056
2006	2.341	18.056
Após 2006	12.043	99.278
Total	19.716	154.096
Parcela curto prazo	2.991	18.706
Parcela longo prazo	16.725	135.390

20 Capital social

O capital social subscrito e integralizado está representado por 42.341 ações ordinárias e 2.388 ações preferenciais. As ações preferenciais não possuem direito de voto e têm prioridade no reembolso do capital no caso de liquidação da Companhia e na distribuição de dividendos mínimos, não cumulativos, de 10% a a. sobre o capital próprio atribuído a essa espécie de ações.

O estatuto social determina a distribuição de um dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo n.º 202 da Lei n.º 6.404/76.

21. Fornecimento de energia elétrica

a) Controladora

	2003			2002		
	Não auditado			Não auditado		
	Nº de consumidores	MWh	R\$	Nº de consumidores	MWh	R\$
Residencial	389.418	446.556	134.765	377.514	406.967	100.388
Industrial	3.023	782.230	107.181	3.157	758.484	84.872
Comercial	27.240	264.155	72.363	27.197	241.889	54.470
Rural	8.686	74.671	9.881	6.044	57.371	6.668
Poder Público:						
Federal	100	19.551	4.610	93	15.924	3.198
Estadual	4.093	39.884	10.022	655	32.486	6.525
Municipal	679	18.769	4.408	3.947	15.287	3.065
Iluminação Pública	696	87.499	11.234	776	85.876	8.483
Serviço Público	289	122.756	12.716	272	119.636	10.024
Consumo Próprio	57	2.637	-	64	2.283	-
Subtotal	434.281	1.858.708	367.180	419.719	1.736.203	277.693
ICMS faturado	-	-	(69.735)	-	-	(54.054)
Ajuste a recomposição tarifária extraordinária	-	-	-	-	-	(1.903)
Suprimento	3	223.066	11.262	3	286.073	19.781
Fornecimento não faturado (líquido)	-	5.349	2.882	-	12.341	3.344
Revisão tarifária periódica	-	-	10.900	-	-	-
Outras receitas	-	-	6.500	-	-	5.171
Total	434.284	2.087.123	328.989	419.722	2.034.617	250.032

b) Consolidado

	2003			2002		
	Não auditado			Não auditado		
	Nº de consumidores	MWh	R\$	Nº de consumidores	MWh	R\$
Residencial	1.207.683	1.284.706	346.654	1.169.136	1.170.590	262.406
Industrial	7.885	1.750.072	236.080	8.330	1.653.632	178.212
Comercial	95.665	671.628	169.829	93.470	618.134	129.141
Rural	66.121	190.976	23.769	49.785	145.449	15.458
Poder Público:						
Federal	610	55.413	19.158	583	46.616	13.410
Estadual	6.598	80.751	20.672	3.049	67.266	14.133
Municipal	9.932	68.728	11.550	12.788	57.759	8.316
Iluminação Pública	1.042	260.484	36.056	1.064	254.075	28.577
Serviço Público	1.093	283.244	37.931	1,034	260.879	28.723
Consumo Próprio	161	6.109	-	185	4.911	-
Subtotal	1.396.790	4.652.111	901.699	1.339.424	4.279.311	678.376
ICMS faturado	-	-	(165.401)	-	-	(128.000)
Ajuste à recomposição tarifária extraordinária	-	-	-	-	-	(283)
Suprimento	4	327.384	15.922	4	1.212.320	77.138
Fornecimento não faturado (líquido)	-	7.296	6.077	-	39.157	8.867
Revisão tarifária periódica	-	-	10.900	-	-	-
Outras receitas	-	-	10.835	-	-	10.432
Total	1.396.794	4.986.791	780.032	1.339.428	5.530.788	646.530

- O número de consumidores no consolidado, inclui o somatório de consumidores da Energipe, CELB e Saelpa.

22 Remuneração dos administradores

A rubrica "Despesas de pessoal" inclui o montante de R\$1.177 (R\$1.637 em 2002), na controladora, R\$3.118 (R\$3.821 em 2002) no consolidado, referente a remuneração dos administradores.

23 Provisões para contingências

O saldo da provisão para contingências de R\$5.667 (R\$83.778 no consolidado) leva em consideração a estimativa da administração para as perdas prováveis, juntamente com seus assessores jurídicos, e outras informações na data de preparação das demonstrações financeiras, sendo o procedimento consistente com o adotado no encerramento do exercício de 2002. Para as discussões em andamento, a Energipe, possui cauções e depósitos vinculados de R\$11.506 (R\$37.762 no consolidado).

O saldo, por natureza, é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2003	2002	2003	2002
Contingências				
Trabalhistas	3.447	3.447	36.334	32.076
Cíveis	1.970	2.321	29.959	28.542
Fiscais	250	11.815	17.485	37.662
TOTAL	5.667	17.583	83.778	98.280

24 Cobertura de seguros

Os valores segurados são determinados e contratados em bases técnicas e suficientes para cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros com bens do ativo permanente e estoques.

25 Instrumentos financeiros (Instrução CVM n° 235/95)

a - Considerações gerais

A utilização de instrumentos e de operações com derivativos envolvendo indexadores tem por objetivo a proteção do resultado das operações ativas e passivas da Energipe e suas controladas.

A administração avalia que os riscos são mínimos, pois não existe concentração de parte contrária, e as operações são realizadas com bancos de reconhecida solidez dentro de limites aprovados.

b - Valor de mercados dos instrumentos financeiros

Os valores contábeis referentes às operações com empresas do grupo constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado.

Os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos vinculados a projeto de eletrificação, obtidos em moeda nacional, junto a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobrás, estão compatíveis com o valor de tais operações, não disponíveis no mercado financeiro. A Energipe e suas controladas não têm financiamentos em moeda estrangeira vinculados aos seus projetos de eletrificação. Os demais valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, encontram-se registrados nas contas patrimoniais por valores compatíveis com os praticados pelo mercado.

c - Fatores de risco

Crédito

Possibilidade da Energipe e suas controladas virem a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus consumidores, concessionárias e permissionárias. Para reduzir esse tipo de risco e para auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Energipe e suas

controladas monitoram as contas a receber de consumidores, cortando o fornecimento, caso o consumidor deixe de realizar seus pagamentos. No caso de consumidores o risco de crédito é mínimo devido à grande pulverização da carteira.

Moeda estrangeira

Possibilidade de perdas por conta de aumento nas taxas de câmbio, que aumentem os saldos de passivo de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira captados no mercado. A Energipe e suas controladas visando assegurar que as oscilações não afetem seu resultado e fluxo de caixa, possuíam ao longo do exercício de 2002, operações de "swap" cambial no valor nominal total contratado de US\$35,3 milhões com encargos de Libor igual 3,94% e 4,06% a a., acrescidos de over libor de 1,25% a a. . O referido swap limitava o encargo financeiro desses contratos à variação do CDI, acrescido de 1,9% a.a.. Durante o exercício de 2003, a Energipe e suas controladas não operaram com derivativos.

Taxas de Juros

Possibilidade de a Energipe e suas controladas virem a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A Energipe e suas controladas não têm pactuado contratos de derivativos para fazer "hedge" contra este risco. Porém, a Energipe e suas controladas monitoram continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a necessidade de substituição de suas dívidas.

26 Plano de suplementação de aposentadoria e pensões

A Energipe e suas controladas Saelpa e CELB são patrocinadoras de planos de benefícios previdenciários aos seus empregados, na modalidade de benefício definido. Os planos de benefícios definidos são avaliados atuarialmente ao final de cada exercício, visando verificar se as taxas de contribuição estão sendo suficientes para a formação de reservas necessárias aos compromissos de pagamento atuais e futuros.

Empresa	Plano Beneficiário	Contribuição anual		% s/folha de pagamento	Superávit (Déficit) atuarial	
		2003	2002		2003	2002
Energipe	Inergus	1.503	1.389	7,53	(**) (20.272)	(**)(22.874)
Saelpa	Funasa	3.672	3.865	22,47	(**) (24.355)	(**)(28.568)
CELB	(*)	123	162	3,40	730	562

(*) administrado pelo BB Previdência

(**) R\$3.536 (R\$1.389 em 2002) e R\$8.127 (R\$5.254 em 2002), na controladora e consolidado respectivamente, foram contabilizados no passivo circulante em Outras contas a pagar R\$16.736 (R\$21.485 em 2002) na controladora e R\$36.500 (R\$46.188 em 2002) no consolidado no exigível a longo prazo.

O Superávit referente ao plano da CELB não foi registrado.

A composição dos planos de benefícios definidos em 31 de dezembro era como segue:

	Inergus		Funasa		CELB (*)	
	2003	2002	2003	2002	2003	2002
Valor presente das obrigações atuariais	(77.270)	(63.781)	(102.036)	(86.279)	(2.739)	(1.538)
Valor justo dos ativos do plano	29.892	42.137	50.671	50.845	2.598	2.100
Valor presente das obrigações em excesso ao						
valor justo dos ativos	(47.378)	(21.644)	(51.365)	(35.434)	(141)	562
(Ganhos) perdas não reconhecidos	27.106	(1.230)	27.010	6.866	871	-
Superávit (déficit) líquido	(20.272)	(22.874)	(24.355)	(28.568)	730	562

A movimentação dos ativos financeiros e passivos atuariais dos planos em 2003 era como segue:

Descrição	Inergus	Funasa	CELB
ATIVOS FINANCEIROS DO PLANO			
Saldo em 31 de dezembro de 2002	42.138	50.845	2.101
Contribuições da patrocinadora e participantes	4.614	5.515	233
Pagamentos de benefícios	(5.930)	(7.574)	(146)
Rentabilidade dos ativos			
. Rendimento esperado dos ativos do plano	(10.930)	1.885	-
. Ganhos (perdas) atuariais sobre os ativos do plano	-	-	410
	-----	-----	-----
Saldos em 31 de dezembro de 2003	29.892	50.671	2.598
	=====	=====	=====
PASSIVOS ATUARIAIS			
Saldo em 31 de dezembro de 2002	63.781	86.279	1.539
Benefícios pagos no ano	(5.930)	(7.574)	(146)
Juros sobre obrigação atuarial	3.706	4.995	92
Custo do serviço corrente (com juros)	900	959	88
Ganhos nas obrigações atuariais	14.813	17.377	1.166
	-----	-----	-----
Saldos em 31 de dezembro de 2003	77.270	102.036	2.739
	=====	=====	=====

Despesa prevista para 2004:

2004	Inergus	Funasa	CELB
Rendimento esperado dos ativos	3.338	5.620	301
Juros sobre as obrigações atuariais	8.468	11.241	353
Despesa a ser reconhecida	7.006	7.618	22

Premissas atuariais:

	Energipe	Saelpa	Celb
Taxa real anual de juros	6%	6%	6%
Projeção de crescimento real de salário	0,5%	0,5%	0,5%
Projeção de crescimento real de benefícios	0%	0%	0%
Tábua de mortalidade geral de válidos	UP84	GAM-71	UP84
Tábua de mortalidade geral de inválidos	CSO58	IAPC	IAPB-57
Tábua de entrada em invalidez	IAPB-57	IAPB-57	Álvaro Vindas

27 Contrato de concessão de distribuição

A Energipe, CELB e Saelpa assinaram com a ANEEL contratos de concessão de distribuição de energia elétrica, renováveis pelo mesmo prazo de concessão, com as seguintes características:

Empresas	Data do Contrato	Prazo de Concessão	Término da Concessão
Energipe	23/11/1997	30 anos	23/11/2027
CELB	04/02/2000	30 anos	04/02/2030
Saelpa	15/01/2001	30 anos	15/01/2031

28. Programa emergencial - racionamento

Os gastos com a Implementação do Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica, estão demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2003	2002	2003	2002
Natureza do gasto:				
. Pessoal	1.468	1.468	2.907	2.907
. Material	27	27	196	196
. Serviços de terceiros	573	573	1.141	1.141
. Outros	31	31	66	66
(-) provisão 2%	(25)	(25)	(101)	(101)
Total dos gastos homologados pela Aneel	2.074	2.074	4.209	4.209
(-) Valores apropriados ao resultado em 2003 (*)	(1.210)	-	(1.846)	-
(=) Saldo a apropriar	864	2.074	2.363	4.209

(*) Contabilizados em despesas operacionais de acordo com a natureza de gasto.

29. Resultado por atividade

A ANEEL através do Ofício Circular nº 2.183/2003 – SFF/ANEEL, de 23/12/2003, dispensou a publicação de forma segregada das atividades de distribuição e comercialização, em face da ausência de definição da tarifa de transferência de receita da atividade de comercialização para a atividade de distribuição.

Em atendimento ao Ofício Circular nº 838/2000 da ANEEL, apresentamos as demonstrações dos resultados da atividade de distribuição e da atividade atípica – participação societária permanente.

	2003			2002		
	Não auditado			Não auditado		
	Distribuição	Atividades Atípicas	Total	Distribuição	Atividades Atípicas	Total
Receita operacional						
Fornecimento de energia elétrica	381.033	-	381.033	279.134	-	279.134
Suprimento	11.262	-	11.262	19.781	-	19.781
Outras receitas	6.429	-	6.429	5.171	-	5.171
	398.724	-	398.724	304.086	-	304.086
Deduções à receita operacional						
Quota reserva global de reversão	3.846	-	3.846	3.607	-	3.607
Impostos e contribuições sobre a receita	89.116	-	89.116	65.474	-	65.474
	92.962	-	92.962	69.081	-	69.081
Receita operacional líquida	305.762	-	305.762	235.005	-	235.005
Despesas operacionais						
Pessoal	27.643	-	27.643	26.652	-	26.652
Material	4.086	-	4.086	3.835	-	3.835
Serviços de terceiros	11.840	-	11.840	16.296	-	16.296
Energia elétrica comprada para revenda	132.410	-	132.410	95.585	-	95.585
Transporte de potência elétrica	18.064	-	18.064	17.927	-	17.927
Quota para a conta de consumo de combustível	13.551	-	13.551	12.214	-	12.214
Depreciação e amortização	13.754	-	13.754	13.284	-	13.284
Provisões	2.287	-	2.287	(6.431)	-	(6.431)
Outras despesas	4.929	-	4.929	2.993	-	2.993
	228.564	-	228.564	182.355	-	182.355
Resultado do serviço	77.198	-	77.198	52.650	-	52.650
Equivalência patrimonial	-	16.341	16.341	-	11.731	11.731
Amortização de ágio	-	(12.824)	(12.824)	-	(14.672)	(14.672)
Resultado financeiro	(13.627)	(50.460)	(64.087)	(32.759)	(41.233)	(73.992)
Resultado operacional	63.571	(46.943)	16.628	19.891	(44.174)	(24.283)
Resultado não operacional	234	-	234	(1.816)	-	(1.816)
Lucro (prejuízo) antes da contribuição social, Imposto de renda.	63.805	(46.943)	16.862	18.075	(44.174)	(26.099)
Imposto de Renda e Contribuição Social	(22.174)	21.493	(681)	(14.616)	18.983	4.367
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	41.631	(25.450)	16.181	3.459	(25.191)	(21.732)

Parecer dos Auditores Independentes

Aos

Acionistas e Administradores da

Empresa Energética de Sergipe S.A. - Energipe

Aracaju - SE

1. Examinamos os balanços patrimoniais da Empresa Energética de Sergipe S.A. – Energipe e controladas (controladora e consolidado), levantados em 31 de dezembro de 2003 e de 2002, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido (controladora) e das origens e aplicações de recursos correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.
2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas brasileiras de auditoria e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume das transações e o sistema contábil e de controles internos da Companhia e controladas; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Companhia e controladas, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
3. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa Energética de Sergipe S.A. - Energipe e controladas (controladora e consolidado) em 31 de dezembro de 2003 e de 2002, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido (controladora) e as origens e aplicações de seus recursos correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
4. Em 31 de dezembro de 2003, a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo no montante de R\$ 49.447 mil (R\$ 142.937 mil, em 2002) e R\$ 98.504 mil (R\$ 261.549 mil, em 2002), controladora e consolidado, e um endividamento de curto e longo prazo, apresentado nas rubricas “encargos de dívidas” e “empréstimos e financiamentos”, no montante de R\$ 413.086 mil (R\$ 388.813 mil, em 2002) e R\$ 656.440 mil (R\$ 637.694 mil, em 2002), controladora e consolidado, que tem contribuído para impactar negativamente o resultado das operações individuais e consolidadas dos últimos exercícios. Conforme detalhado na nota explicativa nº. 1 às demonstrações financeiras, a Administração concluiu neste exercício o processo de reestruturação do endividamento com instituições financeiras, acionistas, fornecedores e fisco objetivando o alongamento de curto para longo prazo. Na avaliação da Administração, este processo de reestruturação, associado a existência de projeções internas de resultados positivos serão suficientes para adequar a liquidez à manutenção das operações da Companhia e controladas, bem como reduzir progressivamente o referido endividamento e seus respectivos encargos financeiros.
5. Conforme detalhado na nota explicativa nº. 5 às demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2003, a Companhia e controladas têm registrado, no ativo realizável a longo prazo, valores pendentes de recebimento no montante de R\$ 8.644 mil, controladora e consolidado, relativos a transações de venda de energia realizadas até dezembro de 2002 no âmbito do Mercado Atacadista de Energia Elétrica – MAE. Estes créditos estão vinculados a liminares concedidas às empresas do setor em função de processos judiciais que questionam a interpretação das regras do MAE e, portanto, podem estar sujeitos a modificação dependendo da decisão final dos referidos processos.

Rio de Janeiro, 24 de março de 2004

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº. 2 SP 011609/S-SE

Iara Pasion
Contadora
CRC nº. 1 SP 121517-3/S-SE